



ATAS
I ENCONTRO DE
HISTÓRIA
DE LOULÉ



ARQUIVO
MUNICIPAL
DE LOULÉ 

ATAS
I ENCONTRO DE
**HISTÓRIA
DE LOULÉ**

8 E 9 SETEMBRO 2017

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
ARQUIVO MUNICIPAL
2018

FICHA TÉCNICA

Título: Atas do I Encontro de História de Loulé

Coordenação: Rita Moreira e Nelson Vaquinhas

Autores:

Alexandra Pires

Ana Pratas

Artur Ângelo Barracosa Mendonça

Daniel Giebels

Filipe Henriques

Isabel Luzia

Joana Balsa de Pinho

João Romero Chagas Aleixo

José Alberto Rodrigues da Silva Tavim

José Carlos Vilhena Mesquita

Luís Filipe Oliveira

Luís Miguel Duarte

Luísa Fernanda Guerreiro Martins

Marco Sousa Santos

Maria de Fátima Machado

Maria Helena Nunes

Paginação: Iconik

Capa: Susana Leal

Imagem da capa: Azulejos da Ermida de Nossa Senhora da Conceição, Loulé.

Imagem da contracapa: Registo de documentos relativos aos funcionários da Câmara Municipal de Loulé - PT/AMLLE/AL/CMLLE/C/B/01/iv.001 .

Edição: Câmara Municipal de Loulé - Arquivo Municipal

Local de edição: Loulé

Data de edição: 2018

Tiragem: 300 exemplares

Impressão: Rainho & Neves

ISBN: 978-989-54196-0-9

Depósito legal: 444348/18

Os textos publicados são da inteira responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

CONFERÊNCIA INAUGURAL

- Loulé e o Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas
Luís Miguel Duarte **7**

PATRIMÓNIO E LEGADOS

- O acervo conquífero romano do *vicus* portuário Cerro da Vila,
Vilamoura, Loulé
Filipe Henriques, Ana Pratas **21**

- Pontes romanas em Loulé?
Isabel Luzia **43**

- As muralhas de Loulé
Alexandra Pires **61**

SOCIEDADE, PODERES E ECONOMIA

- A conquista, o padroeiro e os priores de Loulé
Luís Filipe Oliveira **73**

- Judeus de Loulé nos séculos XIV-XV: no prolongamento
do al-Andalus
José Alberto Rodrigues da Silva Tavim **91**

ESPÓLIO DOCUMENTAL – VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO

- As marcas de água do Arquivo Municipal de Loulé (séculos XIV e XV)
Maria de Fátima Machado **111**

- A carta de curso inédita de um bacharel louletano
de Quinhentos (1539)
Marco Sousa Santos **129**

- Recuperação e valorização de documentos do Arquivo
de Loulé – Desafios e metodologias de intervenção
Maria Helena Nunes **139**

INSTITUIÇÕES E QUOTIDIANO

- Dinâmicas confraternais seiscentistas na Misericórdia de Loulé:
o contributo dos *Livros de despesa e receita*
Joana Balsa de Pinho **153**
- Loulé em processos da Inquisição (sécs. XVI-XVIII)
Daniel Giebels **169**
- A terra tremeu e a vida continuou. Quadro da vida quotidiana
do concelho de Loulé em meados do século XVIII
Luísa Fernanda Guerreiro Martins **189**

OS HOMENS, OS CONFLITOS E OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

- Loulé no contexto político e socioeconómico das lutas Liberais
José Carlos Vilhena Mesquita **207**
- Marçal Pacheco. Um político algarvio do século XIX
Artur Ângelo Barracosa Mendonça **233**
- A imigração de andaluzes para a vila de Loulé ao longo do século XIX
João Romero Chagas Aleixo **255**

Loulé no contexto político e socioeconómico das Lutas Liberais

José Carlos Vilhena Mesquita *

*Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Resumo: A inserção geográfica do Algarve, no extremo sul do território nacional, moldou a mentalidade das suas gentes e corroe as barreiras sociais, suavizadas por um cosmopolitismo emergente do trato mercantil. Contudo, não permitiu que se emancipasse da sua inexorável condição periférica de reino integrado. O Algarve sempre foi encarado pelo poder central como uma região extremada, mas estratégica na conservação da unidade nacional. Perdê-lo seria abrir as portas à temível anexação ibérica. Na sua identidade patriótica, os algarvios sempre se esforçaram por permanecerem no seio da nação. Nos momentos cruciais da nossa história, nunca deixaram que se pusesse em causa o seu patriotismo, nem invocaram ou alimentaram qualquer pretensão separatista. E foi esse orgulho, associado ao seu apreço pela liberdade, que lhe deu alento e protagonismo no contexto político-militar da primeira metade do século XIX. O relacionamento mercantil com os empresários britânicos, as tentaculares influências maçónicas e as várias praças de guerra sediadas no Algarve, colocaram este pequeno e esquecido reino em sintonia com os tumultos sociais e pronunciamentos militares que despontaram na cidade do Porto. Tornou-se *sui generis* essa participação do Algarve ao lado da cidade Invicta em todo o século XIX. E esse relacionamento manteve-se permanentemente, imitando-lhe as atitudes e decisões.

Palavras-chave: História do Algarve; Lutas Liberais; Liberalismo; Algarve; Loulé.

O Algarve, pelo seu posicionamento geoestratégico e complexidade sociogeográfica, teve um papel fulcral e uma participação decisiva no processo revolucionário que levou à implantação política do Liberalismo em Portugal. Disso não temos a mais pequena dúvida. Razão pela qual percebemos o Algarve como um complexo histórico-geográfico, moldado no cosmopolitismo sociocultural, resultante do tráfego mercantil e da extracção pesqueira, em que estruturara a sua economia. Não admira, por isso, que tivesse tido grandes similitudes com as posições políticas defendidas na cidade do Porto, ao tempo considerada como o fulcro do revolucionarismo português. Tanto assim que quando, em 24 de Agosto de 1820, nas artérias daquele burgo se proclamou a «regeneração» da pátria, a libertação do jugo britânico e o retorno da Corte exilada no Brasil, os quartéis e os principais municípios algarvios rapidamente acorreram a expressar a sua anuência à Revolução.

Contudo, é bem certo que, nessa altura, e à semelhança do resto do país, pouco maior foi a participação do Algarve, que se limitou a tomar conhecimento e a apoiar o processo revolucionário vintista. Aclamou-se o novo regime, assinaram-se Autos de juramento e fidelidade nos municípios, louvou-se a atitude patriótica das novas

autoridades, substituíram-se as chefias militares e cantaram-se louvores à «sagrada» Constituição, como se de uma miraculosa panaceia se tratasse. Foi uma revolução cívica e civilizada. Elegeu-se um parlamento, aboliram-se as instituições retrógradas e as enleantes raízes senhoriais, mas na prática pouco restaria para a posteridade. Tal foi a fugaz experiência do nosso primordial liberalismo. Não obstante, teve a revolução vintista uma particularidade *sui generis*, é que chamou a si a participação espontânea dos cidadãos interessados em colaborar na elaboração do texto constitucional e na discussão da reforma dos sectores económicos. E nesse aspecto teve o Algarve uma intervenção preciosa, já que em matéria da revisão fiscal, da agricultura e, sobretudo, das pescas, ofereceu diversas «Memórias» para elucidação das leis regulamentares e revitalização dos sectores. Na avaliação global das capturas e na distribuição dos bancos pesqueiros, essa colaboração poderia ter alcançado profícuos resultados legislativos, que só não foram aplicados devido à fugaz duração do regime.

Nos momentos contra-revolucionários da *Vilafrancada* e da *Abrilada*, não teve o Algarve qualquer tipo de intervenção. Aliás, não a poderia ter, face à focalização geopolítica dos eventos. Também não os contrariou. O regime caíra em descrédito com a perda do Brasil, a economia dava sinais de contracção e o descontentamento social, sobretudo nos quartéis devido ao incumprimento das promoções, empurrara os próprios protagonistas da tão apregoada regeneração nacional para o ignóbil caminho da contra-revolução. A promessa de uma nova constituição acalentou esperanças, serenou o país. Nessa expectativa permaneceu o Algarve até que a morte de D. João VI veio trazer à ribalta política a decantada «Questão Portuguesa». Não sendo um equívoco sucessório, o certo é que a entronização de D. Pedro IV, imperador do Brasil, parecia satisfazer tudo e todos. As próprias autoridades algarvias tornaram clara a sua anuência, demonstrada nas várias exposições congratulatórias enviadas à Regente Isabel Maria. Uma coroa bifronte, num espaço multi-continental, não desagradava à burguesia, deseja de retomar o chorudo tráfego brasileiro. Mas a doação da Carta Constitucional veio reintroduzir o Novo Regime e criar um pomo de discórdia entre os conservadores, adeptos do tradicionalismo aristocrático-elesiástico, e os progressistas da esquerda revolucionária, favoráveis ao liberalismo político e ao livre-cambismo.

1. Legitimidade e Tradição – antagonismos de mudança.

Reacendera-se em 1826 um feroz e irreconciliável antagonismo político, que haveria de prolongar-se por toda a primeira metade do século. O reaccionarismo apostólico focalizado nas terras altas do nordeste e das beiras, com o apoio e conivência espanhola, acendera a chama da rebelião em nome dos «inauferíveis direitos» do infante D. Miguel ao trono pátrio. Essa era a mensagem da propaganda realista. Mas, a verdade era bem mais simples. O que cindia os portugueses não era fundamentalmente o direito sucessório de qualquer dos pretendentes, mas tão só o sistema político que cada um deles defendia e propalava. A questão, por conseguinte, não era de regime, mas antes da organização política do Estado. Uma dicotomia de interesses concernentes à natureza e função do poder, o confronto de ideias, de direitos e deveres, de projectos e ideologias, eis o busílis da questão. As conveniências de classe repartiam-se entre Pedro e Miguel, cuja legitimidade ao trono foi usada por ambos os partidos com os mais fervorosos argumentos sem que, contudo, deles se pudessem vangloriar na plenitude do direito que efectivamente lhes assistia.

A legitimidade não assistia de forma inequívoca e irrefutável a qualquer dos pretendentes. O príncipe D. Pedro fizera-se imperador de uma nação que antes era colónia e o principal sustentáculo económico da pátria, que com esse gesto atraíçoa. A reacção apostólica considerava-o indigno de cingir a coroa dos seus maiores e a diplomacia internacional nunca reconhecera uma união luso-brasileira, sob pena de perder os seus mercados e influência política. Estavam nesta consonância os interesses económicos britânicos e a vontade política da «Santa Aliança». Por outro lado, sob o infante D. Miguel impendia a não menos grave acusação de aleivosia, decorrente da liderança do movimento contra-revolucionário iniciado com a «Vilafrancada» e concluído na «Abrilada». Neste quadro político o que existia de comum entre ambos os pretendentes ao trono era o estigma da insolência perante o Estado e a figura tutelar da Coroa, que por acaso até era a do progenitor de ambos. O exemplo que ambos haviam transmitido à sociedade não era o mais recomendável. Contudo, ao primogénito assistia o direito sagrado da sucessão, que nem as Cortes, nem o próprio D. João VI, tiveram a coragem de anular, designando outro sucessor. Parece evidente que estaria por detrás disso o velado desejo de uma união dinástica entre as duas nações ou pelo menos de um forte estreitamento das relações políticas e económicas entre os dois Estados.

Estranhamente a sucessão, ou a indigitação de D. Pedro para o trono de Portugal não ofereceu dúvidas a qualquer dos partidos. Os absolutistas tinham consciência da impossibilidade prática do unionismo luso-brasileiro. Por isso, sustentaram a imagem de um D. Miguel renovado, europeizado e moderno, para se sentar com dignidade no trono dos seus maiores. E se assim pensaram, melhor o fizeram. Porém, a doação da Carta Constitucional frustrou todas as expectativas. O sistema inviabilizaria a transição pacífica para o absolutismo. Daí que a estratégia tenha evoluído para a hipocrisia de uma Regência domesticada e subserviente na pessoa do «novo» príncipe.

O novo regime constitucional-parlamentar parecia agradar sobremaneira ao povo algarvio, cujos municípios, entidades socioeconómicas e conventos fizeram jurar os acostumados Autos de Aclamação e Fidelidade às instituições pátrias. Os encómios e epítetos neles exarados traduziam a aparente harmonia de uma incontestável anormalidade. Ou seja, nas suas palavras D. Pedro era «o Dador da Liberdade, o Pai, o Salvador» da pátria, enquanto D. Miguel seria o transmissor das directrizes constitucionais, materializador da esperança e da grande regeneração nacional. Como se estes dois espíritos, emanados de antagónicos projectos políticos, pudessem algum dia compatibilizar-se. No quadro político-socioeconómico da nação estabelecera-se uma dialéctica entre a ideologia das liberdades individuais e a mentalidade tradicionalista, centralizadora e retrógrada do passado, consubstanciada na sagrada união do Trono e do Altar. Mas essa era uma dialéctica de surdos. O que estava em jogo era o antagonismo, irreconciliável e feroz, entre o reformismo liberal e o restauracionismo absolutista.

O partido miguelista, embasado no foro classista, defensor da intolerância e exclusividade católica, identificava-se com o obscurantismo do Antigo Regime, em absoluta contraposição ao reformismo estrangeirado. A nação atrasada e submissa, reflectida nas camadas populares, constituíam o seu alfobre político, daí apregoar-se insistentemente que os miguelistas constituíam uma espécie de partido nacional-popular. Em contraposição surgiam os liberais, defensores da regeneração da pátria e da construção do estado moderno, apregoando reformas radicais e uma nova ordem político-socioeconómica. Por isso suscitaram receios e temores num povo mentalmente atávico e avesso a alterações profundas no seu ronçeirismo quotidiano.

Os constitucionalistas apregoavam a Liberdade como se tratasse de uma palavra mágica, que redimiria todos os males da sociedade. Embora o seu conceito fosse algo

indefinido, desde há muito que no ânimo do mais ignaro cidadão fervilhava o sentimento e significado da liberdade. A questão apenas mudava de figura quando se lhe associava a imagem do liberal como se fosse a do anti-cristo, ou a do maçónico herege, demolidor do trono e do altar. Todos esses ápodos e epítetos atemorizantes constituíam o cerne da propaganda miguelista, plasmada nos interesses do clero e da aristocracia. A velha aristocracia esclerosada nos valores do Antigo Regime não conseguia adaptar-se aos ventos de mudança que sopravam dos Pirinéus. Receava que a alteração do sistema político lhe fosse fatalmente desfavorável. Com os liberais prefigurava-se a instalação dos valores da equidade do cidadão perante a lei e a sociedade, quadro esse que para os instalados do absolutismo parecia emanado do espírito anárquico de qualquer ser diabólico. Esse era, aliás, o arrasador arquétipo do liberal, difundido pelo clero em inflamantes sermões, pressagiadores do fim do mundo.

2. Da contra-revolução à entronização Miguelista.

Apesar da favorável adesão à Carta e da aparente anuência da nação à «solução de compromisso» estabelecida por D. Pedro, o certo é que a reacção apostólica conseguiu desencadear um movimento insurreccionista nas terras da beira transmontana, encaçado pelo Marquês de Chaves. A chama da contra-revolução depressa incendiou o país, com o apoio de alguns quartéis, do clero e da fidalguia mais conservadora. O Algarve imiscuiu-se no impulso reaccionário. A 8 de Outubro de 1826, o Regimento de Infantaria 14, sediado em Tavira, acolitado pelo decaído Batalhão de Caçadores 4, oriundo de Castro Marim, proclamaram o infante D. Miguel como Rei Absoluto. Formaram uma «Junta Provisória do Governo do Algarve» em consonância política com os revoltosos do Marquês de Chaves. Embora se tivessem apoderado de todo o sotavento algarvio, o certo é que o parlamento opôs-se às pretensões dos miguelistas, cindindo-se a região entre os dois partidos beligerantes. Pairou então uma ameaça de guerra civil que, felizmente, seria sufocada em cerca de dez dias. De qualquer modo, notou-se que a geografia política do Algarve estava relacionada com o pólo burguês de Lagos e a fidalguia castrense de Tavira. Seja como for, a explicação para este rápido desaire dos absolutistas deverá residir na escassa adesão das autoridades político-administrativas, à qual se deve acrescentar os fracassos militares do Marquês de Chaves e do general Magessi. A providencial fuga para a Espanha apostólica de Fernando VII tornou-se na estratégia de sobrevivência da causa contra-revolucionária, imitada também pelas forças algarvias de Infantaria 14 e Caçadores 4. Do outro lado da fronteira as tropas miguelistas estabeleceram as suas bases e campos de treino militar, concentrando a sua atenção em pontuais e quase cirúrgicos ataques nas terras da raia, captando novos aderentes e publicando proclamações contra a Regência da infanta Isabel Maria.

Perante a chegada do «novo príncipe», numa situação caótica de um reino sem rei, e face à permanente actividade das forças reaccionárias, não foi difícil cambiar a situação a seu favor. A política da «paz podre» depressa resvalaria para um clima de purgação política. Chegado ao trono, D. Miguel formou um governo de inspiração realista, substituiu os comandos militares, os governadores das províncias e todas as autoridades municipais ou locais. Chamou a si os que antes haviam sido perseguidos pelos liberais, dando-lhes lugares e posições de chefia político-administrativa, mergulhando, assim, o país num ambiente de vingança e de permanente perseguição política. Os «caceteiros» moviam desenfreada “caça” aos liberais, que escapavam pelo porto de Lisboa em desabrida emigração. A maçonaria e alguns oficiais de prestígio, como

Sá Nogueira, Vila Flor e Saldanha, lograram pronunciar os quartéis do Norte em favor da causa liberal, cujas forças por dificuldades logísticas acabariam por se concentrar na cidade do Porto. Mais uma vez o país se dividia ao meio. Todavia, os caudilhos da liberdade, não conseguindo conter as ambições e rivalidades pessoais, fomentaram certas dissensões de que resultaria a desconexão das ordens de comando, arrastando consigo os revoltosos para o opróbrio da «Belfastada».

Na esteira do levantamento do Norte, também o Algarve, no dia 25 de Maio de 1828, pegaria em armas contra o usurpador. O grito da revolta fora preparado pelos oficiais do Regimento Infantaria n.º 2, sediado em Lagos e, pontualmente aquartelado em Tavira, devido ao expatriamento de Infantaria 14. Todavia, em Lagos uma denúncia fez abortar o pronunciamento que, não obstante, em Tavira surtiu pleno efeito, aclamando-se a Carta e a Rainha D. Maria II. Mas, em Faro, o Regimento de Artilharia n.º 2, contrariando o plano revolucionário a que aderira, não saiu em apoio da revolução. Perante a disparidade das circunstâncias as hostes pedristas foram esmagadas dois dias depois num feroz combate às portas de Faro.

O partido liberal tinha cometido vários erros, sobretudo na avaliação do inimigo. Em primeiro lugar, teve excessiva complacência para os oficiais miguelistas, especialmente com o Governador das Armas, general Luís Ignacio Palmeirim, que submetendo-se aparentemente à revolução esperou pelo momento mais oportuno para a torpedear. Depois não puseram em ferros os inimigos mais poderosos, quer da sociedade civil quer militar. A falta de coesão marcial partiu a região em dois pólos adversos, o que se assemelhava ao fracasso de 1826, que deveria ter servido de exemplo. O confronto militar acirrou ódios e extremou posições. E tal como antes, também agora as forças do governo, sendo bastante superiores, não tiveram dificuldades em concitar a adesão generalizada das populações. Os liberais, cometeram praticamente os mesmos erros dos seus adversários em 1826. A posse da capital teria sido a chave da questão. Em todo o caso, a presença física de D. Miguel no trono, embora apenas como Regente, era um inultrapassável *handicap* para o partido liberal, até aí considerado órfão e falho de liderança.

3. A importância geoestratégica do Algarve na implantação do Liberalismo.

Repare-se na similitude das rebeliões militares operadas no Algarve em 1826 e 1828, ambas efectuadas contra o poder instituído e ambas esmagadas ingloriamente. Poder-se-ia, por isso, admitir que os movimentos sediciosos contra as forças do governo estariam à partida condenados ao malogro. O único caso que excede a regra, no Algarve, ocorreu a 24 de Junho de 1833, com o desembarque das tropas do Duque da Terceira que, praticamente sem qualquer oposição, submeteram esta província, derrotaram a frota miguelista na batalha do Cabo de S. Vicente e marcharam vitoriosos para Lisboa, onde entraram triunfalmente no glorioso 24 de Julho. Se acaso não tivesse existido a guerra civil de 1832-1834, que culminou com a inglória rendição miguelista em Évora-Monte, seríamos forçados a acreditar nessa hipotética regra, que é muito peculiar nos países macrocéfalos. Ou seja, num espaço político de cariz centralista, a província nunca teria qualquer poder ou significado militar para a segurança do Estado. Em geral essa circunstância aproxima-se da regra histórica ou da lei sociológica. E, com efeito, todas as anteriores revoltas ocorridas na primeira metade do século transacto nunca puseram em causa a legitimidade da figura do rei. Porém, a única coroa que saiu vencida foi a de D. Miguel. As razões que explicam o desaire não se podem assacar à inépcia

dos generais realistas ou à valentia dos mercenários pedristas. O que verdadeiramente uniu e fortaleceu o partido liberal rumo à vitória final foi o poder do ideal. No seio dos seus opositores não existia a força de um ideal, muito menos a de um conceito tão sublime quanto o da liberdade. Por isso, eram mais fracos e desunidos, acabando por ser batidos por um exército dez vezes inferior. Era esse o poder do ideal.

Em todo o caso, o que mais particularizou o regime miguelista foram as perseguições, alçadas e devassas políticas, que após a entronização do «novo príncipe» não mais parariam de apoquentar os adeptos da liberdade. O poder assentava na sacralidade do trono, na exclusividade da religião católica e na defesa das instituições tradicionais. Como a «pedreirada» liberal não aceitava esses princípios políticos nem esses preceitos religiosos, transformaram-se em inimigos do Estado. A delação, a coacção e a extorsão constituíam uma espécie de *modus vivendi*, do próprio regime. Funcionava dessa maneira tanto na vivência social como no comportamento político. A repressão e o terror constituíam a estratégia do poder. Só no Algarve contamos 400 pronunciados nas devassas políticas que se iniciaram logo após a fracassada revolta de 25-5-1828. Mas no cômputo nacional esse número teria ascendido a largos milhares de cidadãos. No caso específico do Algarve constatamos que o espectro social era plurifacetado, com particular incidência na pequena burguesia dos artífices e comerciantes, no foro judicial e administrativo, nos militares, proprietários, negociantes, etc. Um quadro muito abrangente ao qual não faltavam também as classes laborais, embora em reduzido número até pela sua diminuta expressão nos conflitos políticos. A maioria dos implicados na revolta foi condenada aos presídios da capital, sofrendo as agruras do cárcere ou a deportação para as colónias africanas.

As intervenções militares no Algarve, em 1826 e 1828, ambas em defesa da implantação do sistema constitucional, demonstram que não era uma região marginal, alheada da conjuntura política que envolvia a nação. A evolução dos factos confere-lhe uma especial singularidade no dirimir geopolítico dos conflitos, comprovando-se não só a sua atenção aos problemas nacionais como também a sua efervescente actividade partidária. O desenvolvimento dos sectores piscatório e mercantil justificou a fixação no litoral algarvio de empresários estrangeiros, sobretudo britânicos, franceses e espanhóis, suscitando uma espécie de “aculturação política” das populações locais. Aliás, é curioso o facto de aqui se radicarem muitos liberais espanhóis, fugidos às perseguições de Fernando VII, que gozaram dum certo estatuto de tolerância devido ao facto de desenvolverem actividades profissionais úteis à região. Alguns desses estrangeiros, nomeadamente andaluzes, estiveram ligados às lojas maçónicas de Lagos e de Faro, que tão relevantes contributos deram para o sucesso da causa da liberdade no Algarve.

Em suma, o miguelismo ao invés de procurar manter a popularidade de que o infante parecia gozar no seio do povo, acabou por se deixar resvalar para um nepotismo tirânico, excessivamente persecutório e sem precedentes. Com o evoluir dos anos frustraram-se as expectativas e o regime apodreceu numa guerra civil, praticamente focalizada na cidade do Porto. Apesar da desproporção das forças envolvidas, a resistência e a coesão ideológica dos liberais tornou-se na sua principal arma. O impasse a que parecia resumir-se o chamado «Cercos do Porto» foi ultrapassado através do estabelecimento de um novo palco de guerra sediado no Algarve. A escolha desta região, quase esquecida no extremo sul do país, demonstra a sua importância geoestratégica no quadro da unidade territorial da nação portuguesa. Mas também evidencia um prévio conhecimento das facilidades de penetração militar numa costa indefesa, cuja população já se havia empenhado em anteriores momentos ao lado da causa liberal. E a verdade é que em apenas oito dias, as tropas do Duque da Terceira submeteram todo

o reino do Algarve. A disparidade das forças envolvidas não lhes era favorável. Porém, alguma inépcia, acrescida pela frequente indecisão do general Molelos, terá evitado o entrechoque militar. E, na verdade, o partido miguelista perdeu a guerra no Algarve. A batalha naval do cabo de S. Vicente trouxe mais uma vez à evidência a incapacidade de chefia e a falta de estratégia militar dos absolutistas, que perdendo a sua esquadra perderam igualmente a esperança de poder decidir o conflito a seu favor. Num país litoralizado como o nosso, torna-se imprescindível acautelar o controlo da extensa costa marítima. A perda desse domínio expusera a capital a um ataque concertado por terra e mar. Esse era *ab initio* o plano urdido pelos liberais quando desembarcaram no Algarve.

Mas o desfecho da situação seria imprevisivelmente facilitado pelo general Molelos quando se afastou para Beja, franqueando aos liberais a estrada para Lisboa. A campanha do Algarve estava terminada. No dia 24 de Julho o Duque da Terceira entrava em triunfo na capital. O governo fugia para Santarém e com ele seguia um exército desmoralizado e descrente nos seus inaptos oficiais, a quem, aliás, acusava de traição. Arrastaram-se até à cidade de Évora, onde concluíram que a guerra estava perdida. Sem a pompa nem a circunstância do seu real estatuto, o infante assinou a capitulação numa humilíssima habitação rural na pacata aldeia alentejana de Évora-Monte. O exílio foi o seu destino.

3.1. A guerrilha do Remexido no estertor do Miguelismo.

Terminara a via-sacra do miguelismo, mas não se extinguiu a causa apostólica. A vingança de algumas vítimas do regime deposto sobre os seus antigos algozes, obrigara muitos dos vencidos a não regressar às suas casas. A prometida amnistia política não passava de “letra morta” e a tão almejada paz seria ameaçada pelo surgimento de bandos de guerrilheiros, que despontavam um pouco por todo o interior do país, com especial acuidade no Alentejo e Algarve. Essas foram as regiões mais flageladas pelas vendetas pessoais e pelas bárbaras atrocidades dos oportunistas, movidos pela cobiça extorsionária. As guerrilhas surgiram por volta da eclosão do movimento «Setembrista», sem que, porém, se perceba qualquer correlação de interesses políticos entre os guerrilheiros e a esquerda revolucionária. O descontentamento que grassava nos campos por causa do absentismo dos proprietários e da falta de trabalho foi aproveitado pelo proscrito rei D. Miguel para, numa inflamante «Proclamação», apelar ao levantamento popular. Os soldados e apaniguados realistas, que se haviam “homiziado” nos recônditos das serranias, saíram dos seus redutos decididos a cobrar com juros os insultos, vinganças e toda a casta de atrocidades de que foram vítimas. A luta surgia do Campo em direcção à Cidade, e em muitos aspectos parecia dar a entender que se tratava de um ajuste de contas socioeconómico entre pobres e ricos, camponeses contra proprietários. Todavia, nunca a luta de classes esteve vincadamente expressa, nem as relações de produção se tornaram inquestionavelmente perceptíveis nos ataques das guerrilhas. Em todo o caso, o camponês encarava a Cidade no sentido opressivo, visto nela se encontrarem sedeadas as instituições que regulavam a sua vida quotidiana, sobretudo a repartição da Fazenda Pública que o sobrecarregava de impostos.

A figura que mais se distinguiria no contexto das guerrilhas miguelistas, seria a do Remexido, cujos sucessos militares extravasaram rapidamente as fronteiras nacionais. O próprio D. Miguel, agradado com as notícias da sua fidelidade à causa «legitimista», nomeara-o Governador do Reino do Algarve e Comandante Interino das Operações do Sul. Isto deu um certo fulgor aos rebeldes que sustentaram durante dois anos um

clima de terror e de insegurança nas terras do interior serrenho, tanto no Algarve como no Alentejo, onde os bandos do Padre Marçal José Espada, de Francisco Nogueira Camacho ou dos irmãos Baioa cometiam as maiores atrocidades contra os proprietários rurais, os aldeões indefesos e os soldados do governo. As malas do correio e os almoceves tornaram-se presas fáceis das guerrilhas, que ao controlarem as estradas dominavam as comunicações terrestres com a capital. O caso tomara foros de escândalo nacional e os crimes perpetrados roçavam os limites da barbárie. A oposição política no Parlamento chacoteava da fragilidade do governo face à escalada das guerrilhas, que não sendo numerosas em efectivos vexavam com o peso da derrota os Batalhões das Guardas Nacionais.

A verdade é que o governo nunca deu grande importância às guerrilhas, considerando que o seu extermínio competia aos meios de defesa militar das próprias regiões. Mas quando teve conhecimento do conluio das guerrilhas com as tropas «Carlistas», que na raia espanhola ameaçavam proceder à fusão ibérica das forças contra-revolucionárias, o governo decidiu extirpar o mal pela raiz. Forças treinadas e bem armadas, instruídas nos preceitos da guerrilha e avisadas das dificuldades do terreno, foram enviadas para a serra do Algarve, responsabilizando-se as populações citadinas pelo patrocínio financeiro das operações de combate. Isto é, os algarvios viram-se obrigados a pagar a defesa do seu território e dos seus bens, através de um empréstimo forçado no valor de 25 contos de réis, sem os quais não se poderiam equipar as tropas dos meios bélicos e logísticos, capazes de coroar de êxito as perigosas incursões à serra. E, com efeito, o “empréstimo” deu-se por bem empregue, pois que as campanhas iniciadas em Maio pelo coronel Fontoura culminariam a 2 de Agosto de 1838 com o fuzilamento do Remexido. Sem o seu líder carismático a guerrilha andou à deriva durante dois anos, ao longo dos quais foram abatidos os principais chefes dos rebeldes dispersos pelos montes alentejanos. O próprio filho do Remexido não escapou às “montarias” das tropas governamentais, sendo o último a cair.

Daí por diante assistiu-se à consolidação do regime constitucional, definitivamente expurgado das bolsas de resistência miguelista. Não deixa de ser, porém, curioso que o fim das guerrilhas, operado nos princípios da década de quarenta, amainasse a contestação camponesa, abrindo, talvez, o caminho ao retorno do partido cartista às cadeiras do poder, sob a égide dos irmãos Costa Cabral.

Em todo o caso, o que importa destacar é, mais uma vez, o papel preponderante desempenhado pelo Algarve no dirimir dos acontecimentos político-militares que envolveram a implantação do liberalismo em Portugal. Nenhuma outra região, à excepção do Porto e Lisboa, teve tanta importância nem foram tão decisivas como o foi o Algarve. E isso demonstra a fulcral consequência do seu posicionamento geoestratégico no contexto nacional. Pese embora o esquecimento a que era normalmente votado, pela sua própria condição de extremo sul da península, os factos e as circunstâncias vêm demonstrar que tinha condições naturais e económicas que lhe proporcionariam um desenvolvimento autossustentado. Não obstante, sempre o Algarve se identificou e integrou no território nacional, contribuindo em alguns dos mais decisivos momentos da história pátria, para a definição do rumo nacional. E não temos qualquer pejo em afirmar que o Algarve, no processo histórico que conduziu à implantação do liberalismo português, desempenhou um papel político notável, uma acção socioeconómica deveras importante e um alinhamento geoestratégico imprescindível. Três vectores que estiveram na base dum sucesso político-militar, que teve no arquipélago dos Açores, na cidade do Porto e no reino do Algarve os seus expoentes de abnegação, heroísmo e resistência, contra a repressão, tirania e iniquidade do nepotismo miguelista.

4. Loulé e as Lutas Liberais.

O processo histórico do liberalismo em Portugal desenvolveu-se com particular incidência na orla litoral, principalmente nas cidades portuárias de maior incidência mercantil, aonde acostavam não só mercadorias como também ideias reformistas e projectos de mudança da ordem social. Mas o predomínio económico, assim como a ascendência cultural, política e ideológica da cidade, sobretudo do litoral, não ia além de escassas léguas para o interior campesino. Sentia-se uma oposição vivencial, uma divergência de espírito e de sentimento, entre a cidade e o campo. As oportunidades de trabalho eram mais viáveis, assim como as ideias eram mais fluentes, na urbe do que na aldeia. A cidade era rica, o campo era pobre. Mas o atavismo e a ignorância dificultavam a transfuga do rústico, submetido às dependências mentais da igreja e aos resquícios do regime senhorial. O mundo rural, no território nacional, era maioritário e predominante.

É sabido que o ideário liberal – quer no seu afrancesado revolucionarismo, quer na práxis britânica do seu convencionalismo socioeconómico – despontou preferencialmente no seio da burguesia mercantil. A ideologia liberal confundia-se com os interesses das actividades económicas (mercantis e industriais), e difundia-se através da ilustração (cultura e artes), que proliferava não só nas universidades como principalmente nas academias, nos cenáculos intelectuais, na maçonaria, nos jornais e até nos locais públicos de reunião burguesa, nomeadamente nos teatros e cafés. A classe média, digamos assim, constituía o cerne do liberalismo, e estava consciente dos ventos de mudança soprados do eixo europeu, que renunciavam a criação de uma nova ordem social fundamentada na igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos, em suma no igualitarismo.

A liberdade era a palavra-chave desse mundo novo que se pretendia erigir sobre a pernície do Antigo Regime. Entre o cais e o fórum, discutia-se o trato e a política, numa simbiose de interesses antagónicos ao espírito centralizador do absolutismo. Os seus mentores integravam a burguesia, gente moderna, rica e de sucesso, arrimada às cidades portuárias, onde dominavam o comércio externo e de longo curso.

Nos primórdios de oitocentos a Europa temia o imperialismo napoleónico e a contaminação das ideias revolucionárias. Esse perigo, a partir de 1815, parecia estar debelado. Porém, subsistiu-lhe o clamor da liberdade. O processo histórico ficaria marcado por um romantismo nacionalista desenvolvido ao longo da centúria, de que resultaria a emancipação de vários estados e nações europeias, como o Liechtenstein (1813), o Mónaco (1815), a Grécia (1821), a Bélgica (1830), o Luxemburgo (1836), a Itália (1861), a Alemanha (1871), a Roménia (1877) e a Sérvia (1878). O período de oitocentos distinguiu-se, não só na Europa como também na América, pela ascensão político-filosófica do conceito da Liberdade, como outorgante dos direitos e garantias individuais e colectivos, e, sobretudo, pela estrutural predominância ideológica do Liberalismo. Esse período ficará para sempre lembrado como o século da burguesia, da industrialização, do capitalismo e do regime parlamentar-constitucional.

Perante todas estas características, fácil se torna perceber que a vila e concelho de Loulé – pela sua implantação geográfica, actividades económicas e composição social – estava longe de ser um potencial alfobre da burguesia algarvia. E não tendo burguesia, não tinha também actividades mercantis nem industriais que viabilizassem o seu progresso económico, e o seu desenvolvimento social, cultural e político.

Quem vivia na pacata vila de Loulé pertencia ao mundo rural, submetida aos desígnios de Deus e da natureza, respeitando o poder das tradições e das autoridades

estabelecidas. No fundo, a vila de Loulé era um exemplo, comum a toda a nação, do quotidiano campesino, onde nada acontecia. Os louletanos viviam tranquilamente, na conformidade dos circuitos da natureza. O povo satisfazia-se com pouco, e o muito que ambicionava era a conservação da paz de Deus e das tradições, pelas quais desde sempre se orientara e regeira.

Perante este cenário a vila e os habitantes do concelho de Loulé, nunca poderia estar comprometida com o processo revolucionário do liberalismo português. O espírito predominante entre o povo louletano, como aliás acontecia na generalidade do país rural, era o da conservação da sacralidade do Trono e do Altar, numa palavra do absolutismo, e da entronização do miguelismo. Essa era a mentalidade do povo – ignaro, pobre e crédulo. A fidalguia rural, na sua generalidade, afinava pelo mesmo diapasão, temendo a perda do seu estatuto social, a alteração do seu domínio, e a abjuração dos seus privilégios. Na mesma conformidade, quer dos interesses quer dos procedimentos, se encontrava a Igreja, sobretudo o baixo clero e as ordens religiosas. O pendão que agitavam para desacreditar os liberais e a doutrina que difundiam do púlpito abaixo para diabolizar os pedristas, era o perigo do ateísmo, do anti-cristo e do maçonismo. Não havia melhor rastilho para incendiar a crédula mentalidade das massas rurais e do povo ignaro.

4.1. A emergência do Liberalismo e a adesão dos algarvios.

Quando a cidade do Porto, no dia 24 de Agosto de 1820, pronunciou o grito da Liberdade e da “Sagrada Constituição”, o país inteiro pareceu aderir ao movimento revolucionário que abriu caminho à implantação do liberalismo em Portugal. Importa assinalar que foi o Algarve a única região militar do Sul que apareceu a secundar o pronunciamento militar do Porto. As razões desse apoio devem relacionar-se com os interesses particulares das chefaturas militares, isto é, com promoções adiadas e até negadas em benefício de oficiais estrangeiros. Mas também se devem justificar com a influência conspiratória da maçonaria, estabelecida nas lojas de Lagos e Faro, cujos principais aderentes haviam sido recrutados entre a burguesia mercantil e as chefias militares. Logo que a Revolução de 1820 restabeleceu a autoridade nacional e exigiu o regresso de D. João VI, e da Corte exilada no Brasil, ao território pátrio, de presto acorreram também as autarquias a declarar com efusiva satisfação a sua anuência ao novo regime. Nas cidades castrenses de Faro, Tavira e Lagos, lavraram-se autos de juramento e fidelidade às novas instituições políticas e governativas, o mesmo acontecendo noutras localidades algarvias, inclusivamente nos conventos de religiosas sediados em Tavira e Faro, o que na época era de todo imprevisto senão impensável.

Todavia o povo de Loulé não manifestou, pelo menos de forma oficial, o seu apoio ao novo regime, nem aplaudiu o augúrio da “sagrada constituição”. Bem pelo contrário. Na acta da vereação de 6-9-1820 consta inclusivamente um firme repúdio à revolução do Porto, exigindo severa punição para os chefes da rebelião. Encerram a acta os vivas ao Rei e à Casa de Bragança, como prova da fidelidade louletana à Coroa e às instituições régias¹. Só depois de aprovada a Constituição, ou seja, passados dois anos, e após ter sido eleito novo elenco autárquico, é que surgiu a primeira acta de vereação com provas de apoio ao governo e ao Soberano Congresso da Nação².

1. Arquivo Municipal de Loulé, Actas de Vereação, 1819-1822, livro 118, fls. 163v^o-168.

2. AML, idem, livro 119, fl. 76.

Mas os acontecimentos políticos sucediam-se vertiginosamente contra a nova auro-
ra liberal. Na Europa as nações absolutistas da Santa Aliança, reafirmavam a sua opo-
sição ao constitucionalismo através da formação de um poderoso exército conduzido
pelo Duque de Angoulême que, no cumprimento das determinações do Congresso
de Verona, desceu até à Andaluzia, derrubou o governo liberal de Espanha, libertou
Fernando VII da Constituição de Cádiz, repôs o absolutismo e prendeu os caudilhos
da burguesia gaditana. Cientes do perigo de invasão estrangeira, os nobres da Corte
joanina acolitados por alguns dos antigos apoiantes da revolução de 1820, trataram de
fazer a contra-revolução em Vila Franca de Xira, dando vivas ao Rei Absoluto e morras à
Constituição. O golpe, perpetrado por D. Miguel, com a anuência do próprio rei, ocor-
reu a 27-5-1823, ficando para sempre lembrado sob a denominação de Vilafrancada,
que os liberais designaram como «Revolta da Poeira».

Teve, por força das circunstâncias, vida efémera a nova e reformista vereação, eleita
na esteira da Constituição, que tomando posse a 16-10-1822 foi despojada dos seus
poderes pela carta de lei em 10-6-1823, anulando-se todas as decisões da sua vigência.
No dia 26, a vereação demitida legava as varas do poder camarário aos seus anteces-
sores, que retomaram assim o exercício dos pelouros que detinham antes, numa clara
demonstração da “viradeira” absolutista. Lê-se na acta da (re)tomada de posse da an-
terior vereação, que o povo em prova do seu júbilo e fidelidade ao trono e às seculares
tradições, desfilou pelas ruas, acendeu luminárias nas suas casas e assistiu a um solene
Te Deum na igreja matriz³.

Certamente os vereadores liberais, assim como os que publicamente apoiaram e
deram vivas à Constituição, a partir daí não tiveram uma vida fácil, segura e amistosa.
Os fiéis súbditos do Trono e do Altar, montaram apertada vigilância aos poucos louleta-
nos que tiveram a ousadia de deixar transparecer a sua simpatia pelas ideias reformistas
da liberdade e do regime parlamentar-constitucional. Entre todos os epítetos com que
os designavam, o de “afrancesados” era o mais brando e menos insultuoso. Não consta,
porém, que tivessem ocorrido em Loulé, neste período da retoma absolutista, quais-
quer atitudes ou manifestações de violência contra os liberais.

Após o resgate do absolutismo, o Rei D. João VI tentou conciliar os partidos con-
servador e progressista, assegurando-lhes que iria mandar elaborar um texto estatu-
tário, compatível com as históricas tradições governativas de Portugal. Mas a facção
absolutista, liderada pela Rainha, manteve-se intransigente, tentando em 30-4-1824
um novo golpe-de-estado, a «Abrilada», do qual resultou o exílio do Infante D. Miguel.
O seu afastamento da Corte, e a decrepitude físico-mental da Rainha Carlota Joaquina,
descabeçaram o partido absolutista, embora o espírito reacionário da corte permane-
cesse latente e intacto. A «Abrilada» foi um acto desesperado do tudo ou nada, próprio
da sofreguidão política que animava o partido absolutista. Os «bodes expiatórios» do
golpe foram detidos, encontrando-se entre estes o capitão-mor de Albufeira, Sebastião
Duarte da Ponte de Andrade Negrão, que esteve preso pouco mais de um ano. A inter-
venção deste «assanhado» miguelista não foi, porém, realizada no Algarve, mas antes
na própria Corte onde, pelas suas amizades gozava de fácil penetração.

Na vila de Loulé, apesar do espírito absolutista predominante, e dos sentimentos
de empatia miguelista da generalidade dos seus moradores, assim que se soube do
fracasso da «Abrilada» os representantes dos três estados reuniram-se a 8-5-1824, em
sessão pública da vereação autárquica, para dar vivas ao Rei e à Família Real, numa
manifestação de júbilo pela sua defesa e segurança. Viraram, porém, de forma ardilosa,

3. AML, idem, livro 119, fls. 215-216vº.

o ónus da culpa atribuído a D. Miguel, agradecendo-lhe ter salvo o «Reino dos precepcios a que estava exposto se se verificassem os projetos dos enfames revolucionarios felizmente descobertos». E para que não houvesse dúvidas do júbilo e fidelidade do povo louletano, mandou a câmara que um bando de pregoeiros percorresse as ruas da vila e do seu concelho para dar notícia «pelos felizes acontecimentos que acabavam de salvar o Rei e a Nação inteira»⁴.

Enquanto viveu, D. João VI conseguiu manter o *status quo* num difícil equilíbrio entre os interesses privados e as ambições políticas. Quando viu aproximar-se o seu fim, acautelou a sucessão da forma mais tradicional e acostumada, ou seja, escolheu o primogénito. Apesar de polémica, a escolha não ofereceu contestação, até porque já fora implicitamente outorgada na Carta-patente de 13-5-1825, que legitimava a independência política do Brasil, ressalvando a sucessão do Imperador D. Pedro à coroa portuguesa. O Rei faleceu a 10-3-1826, deixando na Regência a filha Isabel Maria, tida por isenta, idónea e competente para o exercício da governação.

Na vila de Loulé a morte do rei foi particularmente sentida, não só com profunda mágoa e tristeza, como também com grande apreensão sobre os destinos políticos da sucessão. O senado e a vereação louletana mandaram afixar editais, nas igrejas e locais de reunião pública, sobre o rigoroso luto que durante seis meses revestiria a nação, apelando ao povo para que guardasse no coração os mais sinceros sentimentos de pesar. A edilidade anunciou também que a 30 de Março iria proceder à cerimónia da quebra dos escudos, oficialmente usados durante a vigência do finado monarca. No dia apazado reuniu-se o povo e demais autoridades, civis e militares, num aparatoso cortejo, sendo quebrado o primeiro sinete real no rossio da Câmara, o segundo na rua da Corredoura e o terceiro na rua Ancha. O corpo de milícias em cada um dos referidos locais fez uma estrondosa descarga de artilharia⁵.

4.2. O júbilo dos algarvios no advento Cartista.

A sucessão do trono português na figura do Imperador do Brasil, D. Pedro I, trouxe a público a controversa realização de uma das principais promessas de D. João VI – falamos da promulgação de um código estatutário legislativo inserido no espírito constitucionalista moderno. Para evitar a possibilidade de uma coroa dualista, D. Pedro estabeleceu a 29-4-1826, data em que doou a Carta Constitucional, a seguinte condição: abdicação imediata em favor de sua filha, D. Maria da Glória, que com apenas sete anos ficava prometida em casamento a seu tio D. Miguel, que após jurar fidelidade à Lei Geral da Nação, assumiria a Regência do reino durante a menoridade da legítima Rainha. Com estes requisitos pretendia serenar os ânimos políticos e aproximar os partidos, que se digladiavam em surdas lutas de bastidores.

Importa esclarecer que a Carta estava politicamente muito longe da Constituição de 1822, e o futuro Rei-Consorte, como chefe da causa absolutista disporia de todas as possibilidades para, nos oito anos que deveria durar a Regência, recuperar lentamente as instituições tradicionais e alterar o regime. O sucesso governativo dependeria da sua atitude dialogante e da tolerância política com que tentaria limar as arestas mais acutilantes às sensibilidades partidárias das facções radicais. Tudo dependeria do bom-senso

4. AML, Actas de Vereação, 1824-1826, livro 120, fls. 26vº-28.

5. AML, Actas de Vereação, 1824-1826, livro 120, fls. 195-197.

e tacto político que, aliás, impregnou o reinado precedente. Muitas vezes não é o sistema que faz o príncipe, mas sim o príncipe que ilustra e dá rosto ao sistema político. E nesse aspecto o Infante não soube tirar proveito das oportunidades de que dispôs.

O retorno ao constitucionalismo ficou assinalado no Algarve por várias manifestações de grande júbilo, de entre as quais se destacaram as festividades promovidas pelo Regimento de Artilharia nº 2 em Faro, de 31-7 a 2-8-1826. A pretexto da doação da Carta Constitucional iluminaram-se as ruas da cidade, associando-se às comemorações as primeiras figuras da sociedade religiosa e castrense, ou seja, o Bispo e o Marquês de Angeja, ambos ainda mal familiarizados com a doutrina do novo regime. Por outro lado, o Marquês não era benquisto em Faro por ser grande admirador do Reg^o de Infantaria nº 14, de Tavira. Entre os cidadãos convidados para a ceia e baile no quartel estava o Dr. Lázaro Doglioni, distinto facultativo em cujas memórias registou não só o regozijo da ocasião festiva como também as atitudes algo desajustadas do Governador das Armas⁶.

Na esteira da exaltação, foram várias as autoridades civis, militares e religiosas, que prestaram ao governo e à Regência as provas da sua adesão ao constitucionalismo. Os artilheiros de Faro foram os primeiros, pela mão do capitão António Pedro Buys a declararem «os seus puros e sinceros protestos de cooperarem quanto esteja da sua parte, e até de derramarem todo o sangue, na defeza dos inauferíveis direitos da legitimidade do seu soberano, de guardarem e fazerem guardar a carta de lei constitucional que o mesmo augusto senhor D. Pedro IV foi servido dar á nação portugueza»⁷. O quartel de Vila Nova de Portimão também anuiu a semelhantes directivas e com igual regozijo agradeceu «ao seu soberano e legitimo rei o senhor D. Pedro IV que se dignou eleva-los á categoria das nações livres e mais civilizadas da Europa», não evidenciando, assim, quaisquer equívocos sobre a genuinidade do novo monarca⁸. A atestação dos «inauferíveis direitos» e a elocução das ideias de sacrifício à causa pátria, viriam a ser as divisas do miguelismo.

As aquiescências ao regime da Carta foram surgindo de todos os quadrantes sociais, militares e até religiosos. A primeira das edilidades a lavrar o seu voto de fidelidade foi a de Lagos, que agradeceu ao seu «anjo tutelar, o senhor D. Pedro, a carta constitucional, que sem de maneira alguma offuscar o esplendor do throno, garante todos os direitos individuaes dos cidadãos», transmitindo, assim, aos seus munícipes uma expressiva confiança nas novas instituições que impregnavam o constitucionalismo⁹. Esta ampla concepção de liberdade, contrariava os infundados receios, postos a circular pelos absolutistas, de que o trono estaria, doravante, manietado pela facção liberal dos heréticos maçons que, segundo rezava a *vox populli*, «haveriam de enforcar o último rei com as tripas do último padre».

Também a abadessa do Real Convento de N^a S^a da Assunção de Faro, a Soror Victoria Rita do Lado de Christo, manifestou, de forma não menos concludente e fervorosa, a sua adesão à Carta, o que deixava transparecer a infiltração das ideias liberais entre o clero feminino, sendo, por isso, um exemplo que consideramos raro, ou pelo menos, deveras singular¹⁰. As congéneres do Convento do Divino Espírito Santo de Loulé, pela

6. cf. Mesquita, J. C. Vilhena. *Memórias sobre a aclamação do Infante D. Miguel em Faro*, Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 20.

7. cf. Clemente José dos Santos, *Documentos para a História das Cortes Geraes*, vol. II, p. 259.

8. cf. Idem, *ibidem*, vol. II, pp. 279-280.

9. cf. Idem, *ibidem*, vol. II, pp. 269.

10. cf. Idem, *ibidem*, vol. II, pp. 289.

mão da priora, Madre Helena Gertrudes Manuela, confirmaram idêntica vontade de cooperarem com a Regência e a Carta, para cujo efeito dirigiam aos céus as suas humildes preces¹¹.

A autarquia louletana, apesar dos seus velados sentimentos contra-revolucionários, mandou que se procedessem às manifestações de júbilo popular, patrocinando o lançamento de estrepitosas girandolas de foguetes às nove da manhã do dia 31 de Julho, quando se iniciasse a assinatura do juramento de fidelidade à Carta e ao novo governo, confirmado ao fim da tarde com a celebração de um solene *Te Deum* na igreja matriz. Durante três dias, a vila de Loulé saudou o fim do luto nacional e o início de uma nova era política, o cartismo liberal.

Terminado o luto real, iniciavam-se a partir de 22 de Agosto os preparativos oficiais para as eleições às Cortes, e os louletanos estavam preocupados com a escolha do representante das forças vivas do concelho¹². O candidato louletano, apesar de não ser do agrado geral, era o único possível, o Dr. José Diogo Mascarenhas Neto. Tinha simpatia pelas ideias francesas e mostrava-se receptivo ao novo regime. Todavia, nas eleições anteriores às Cortes de 1822 recebera apenas 1229 votos tornando-se no terceiro dos quatro deputados substitutos, a saber: José António Ferreira Braklami, com 1761 votos, José Bento de Barahona Fragozo, com 1477 votos, e José Vaz Velho, com 1065. Portanto muito abaixo dos quatro deputados efectivos, que tomaram assento no histórico parlamento vintista: Gregório José de Seixas, com 4880 votos; Manuel Pedro de Mello, com 4417 votos; Manuel Aleixo Duarte Machado, com 4209 votos; e Rodrigo de Sousa Castello Branco, com 4154 votos.

O sufrágio às Cortes de 1826-1828 teve como resultado a eleição dos seguintes representantes do Algarve: André Urbano Xavier da Fonseca, António José de Lima Leitão, José António Ferreira Braklami e Manoel Christovão de Mascarenhas Figueiredo, que por ter sido implicado na gorada revolta miguelista de Tavira, foi preso e impossibilitado de tomar posse no parlamento (o que só aconteceu a 29-03-1827), sendo por isso substituído por Rodrigo de Sousa Castello Branco.

O acatamento da sucessão ao trono na pessoa do Imperador do Brasil não era tão controverso como se possa pensar, até porque a nomeação de D. Miguel, para seu lugar-tenente e rei-consorte, sossegara o partido realista. O que estava em causa era a previsível perda de regalias, privilégios e influências, que suscitara na fidalguia e nas chefias militares de filiação aristocrática a angústia da suspeição e da desconfiança. As tenças, pensões, donatarias, bens da Coroa e um multifário de rendimentos que sustentavam a nobreza, viriam, mais tarde ou mais cedo, a serem postos em causa pela mesma burguesia que contra eles atentou durante as Cortes vintistas.

Por isso é que o espírito contra-revolucionário, que nunca deixou de fervilhar nos quartéis de Trás-os-Montes, não tardou a dar acordo de si pela voz do Marquês de Chaves, que no dia 5 de Outubro de 1826 pronunciou a desobediência ao trono «estrangeiro» de D. Pedro, à regência da Infanta Isabel Maria e ao constitucionalismo maçónico. O brado da revolta estendeu-se ao Algarve, mais propriamente ao quartel de Tavira, onde no dia 8 de Outubro de 1826 – data das eleições para as Cortes – se amotinou o Regimento de Infantaria nº 14, escorado no Batalhão de Caçadores 4 de Castro Marim, que igualmente se sublevara para amparar a causa do infante D. Miguel e ratificar o absolutismo em Portugal. O pronunciamento militar conhecido por «Revolução de

11. cf. *Idem, ibidem*, vol. II, pp. 314-315.

12. AML, Actas de Vereação, 1824-1826, livro 120, fls. 219vº-220.

Tavira», eclodiu na esteira de vários outros que emergiram na vida política nacional em apoio dum movimento restauracionista, iniciado em Vila Real pelo Marquês de Chaves.

Em Loulé, a autarquia recebeu no dia 11 de Outubro uma proclamação do comandante interino das Armas do Algarve, descrevendo o sucesso da revolução absolutista levada a cabo pelo quartel de Tavira, e exigindo que a edilidade louletana jurasse fidelidade às novas autoridades. Apesar das dúvidas manifestadas pelo juiz de fora, Joaquim Pinto Ferreira e Vasconcellos, assinou o respectivo auto de fidelidade, averbando em acta o seu protesto de contrariedade, no que foi seguido pelos procuradores do concelho¹³. Assim que a vereação se apercebeu do logro, reuniu no dia 19 para declarar que foi sob coação que firmara o auto anterior, reafirmando doravante «a mais firme obediência à Carta Constitucional»¹⁴. Dois dias depois compareceram nas casas da Câmara de Loulé o Governador das Armas, Conde de Alva, o Superintendente geral das Alfândegas e os juizes de fora de Albufeira e Olhão (dois dos principais caudilhos da contra-revolução liberal) para procederem à aclamação de D. Pedro, da rainha D. Maria, e da Carta Constitucional. Na acta lavrada a 21, declara-se a vereação enganada pelos revoltosos, pelo que mandava riscar e anular o auto de aclamação dos sediciosos¹⁵.

Ciente do espírito reacionário que pairava sobre a vila de Loulé, o Conde Alva, demitiu no dia 27 a vereação por “indigna conducta”, e “inhabil para prosseguir nas suas funções”, dando por isso posse ao elenco que a precedera no período de exaltação vintista¹⁶.

Na verdade, o insucesso da revolta do Reg^o de Infantaria de Tavira, deveu-se, em grande parte, à inacção das restantes forças militares, e à falta de engajamento das principais autoridades civis e religiosas. A isso mesmo se refere o general Saldanha, em carta dirigida de Faro, em 28-10-1826, à Infanta Regente, D.^a Isabel Maria, na qual afirma:

«a rebelião de Tavira foi unicamente militar e auxiliada por alguns magistrados e outros empregados publicos, pela maior parte filhos de outras provincias, não chegando talvez a vinte o numero de algarvios que estejam complicados na rebelião. O espirito dos povos foi sempre bom, ainda mesmo dominados pela força e ameaços; merecendo particular consideração a conducta dos ecclesiasticos; podendo o clero d’este reino servir de modelo ao clero de Portugal. O bispo que é respeitado, é também o primeiro em dar exemplos de lealdade a el-rei o senhor D. Pedro IV e adhesão à carta constitucional, e, auxiliado pelo cabido de Faro, tem feito relevantes serviços. A conducta do regimento n^o 2 de artilharia e 2^o batalhão do regimento de milicias de Tavira e da officialidade de todos estes corpos é digna da contemplação de sua alteza...»¹⁷.

4.3. O Rei chegou !!!.

Transcorrida a revolta dos militares tavirenses seguiram-se tempos difíceis, mercê do aumento da carestia de vida, escassez dos cereais de panificação, e uma política de austeridade que deixou o governo debaixo da contestação popular. Além disso, o

13. AML, Actas de Vereação, 1826-1829, livro 121, fls. 3v^o-6.

14. AML, Actas de Vereação, 1826-1829, livro 121, fls. 6-8.

15. AML, Actas de Vereação, 1826-1829, livro 121, fls. 8-10.

16. AML, Actas de Vereação, 1826-1829, livro 121, fls. 10-11.

17. Clemente J. S., *Documentos para a História das Cortes Geraes*, vol. I, p. 359-360.

país vivia numa situação de orfandade, quase idêntica à que sentira durante o exílio da Corte no Brasil. Clamava-se pela chegada do Rei e quando isso aconteceu, era o infante D. Miguel que chegava ao cais de Belém, vestindo a pele de cordeiro, com o rabo de lobo escondido. A vingança era o sentimento que trazia na alma, aliás em comunhão com o partido apostólico dos velhos cortesãos e fidalgos de província. Ocorreu então o que a burguesia mais temia: a contra-revolução absolutista. A marcha dos acontecimentos foi tão vertiginosa quanto dramática. Primeiro demitiram o governo, depois dissolveram o Parlamento e a Câmara dos Pares, a seguir as chefias militares, o clero e por fim as autarquias, enquanto nas ruas os “caceteiros” cevavam o ódio nas costas dos liberais. Num ambiente de suspeita e delação, de perseguição, roubo e detenção, decorria o quotidiano na época do “Rei-chegou”. Quem presenciou os factos, resumiu o clima de terror nos seguintes termos:

«(...) sancionada a anarquia, promovem-se os insultos, e ataques pessoais, no Paço, nas Praças, nos Templos, nas Ruas e nas casas dos particulares. Corre a baixa plebe desenfriadamente pelas Cidades, pelo Reino todo, prende, espanca, apedreja, assassina, rouba, comete toda a sorte de crime contra os cidadãos probos; todo o homem de Letras, todo o militar honrado, todo o proprietário ou capitalista, é prêza do fanatismo, avareza, e crueldade da facção apostolica; de balde se queixa o offendido, o escarneo e a tirania é o que encontra nas autoridades»¹⁸.

Excedendo todas as expectativas, a máquina da propaganda absolutista conseguiu alcançar um novo rei, na pessoa do príncipe regente, através dum colégio de representantes do povo, escrutinado à moda antiga e em Cortes extraordinárias (como aconteceu com o Mestre de Avis), construindo à sua volta uma narrativa falaciosa de legitimidade, que permitiu a D. Miguel subir ao trono e abjurar de todas as instituições em que se havia fundamentado o regime liberal.

Para o efeito, a vereação de Loulé convocou os representantes dos três estados para que se “aclamasse D Miguel como Rei Absoluto”. Depois de firmado o auto de aclamação e fidelidade, com 140 “fiéis” subscritores, formou-se no rossio da câmara um numeroso préstito que em altos brados ovacionava a sagrada aliança do Trono e do Altar, desfilando pelas ruas até à igreja matriz, onde se celebraram as acostumadas manifestações de júbilo pela graça divina¹⁹. Como procuradores às Cortes, para elegerem o regente D. Miguel como rei absoluto, o povo louletano sufragou os dois principais fidalgos locais, o capitão-mor Sebastião Alexandre da Gama Lobo Pessanha e Sebastião José de Azevedo e Silva Lobo, figuras proeminentes e costumeiras da governança²⁰.

4.4. Causas da decadência do Miguelismo.

O miguelismo consistia num absolutismo personalizado, ou seja, num regime com rosto e carisma popular, abençoado pela Igreja. Mas, a breve trecho descambou para uma tirania obsoleta e intolerante, fanatizada pela excessiva reverência do aparelho re-

18. *Reflexões sobre o Partido Apostolico em Portugal*, Lisboa, s.e., 1828, p. 39.

19. AML, Actas de Vereação, 1826-1829, livro 121, fls. 150-153.

20. AML, Actas de Vereação, 1826-1829, livro 121, fls. 157-158.

ligioso e dos mais favorecidos. O obscurantismo estrutural do país justificava a “ordem do terror” como forma de purificar a nação e garantir a conservação das velhas instituições político-socioeconómicas. Contudo, o principal sustentáculo político do regime residia na nobreza provinciana, eivada de forte tradicionalismo castiço, dependente de ancestrais direitos patrimoniais que a revolução vintista pusera em causa. Daí a origem do ódio visceral que nutria pelos liberais. E esse era o alfobre natural do absolutismo, pois que dessa fidalguia rural/proprietária descendia o comando militar dos corpos de milícias e ordenanças, assim como as principais autoridades locais, judiciais e administrativas. A teia de interesses e de pingues privilégios que entretecia os diferentes sectores do regime e da ordem pública deu lugar a uma espécie de «Maçonaria Jesuítica», que tinha por único objectivo impedir o estabelecimento do constitucionalismo.

Não podemos fazer ressaltar aqui, por razões de espaço, os factos e as acções militares desenvolvidas durante o consulado miguelista e a guerra-civil. Não obstante, enunciaremos, em síntese, as razões e os factos que determinaram o sucesso político-militar do movimento liberal:

1. A ocupação da Ilha da Madeira, cuja manutenção foi bafejada pela boaventura das forças constitucionais, que em diminuto número lograram suster os ataques das tropas miguelistas.
2. O mesmo se deverá dizer em relação à Ilha Terceira (onde, aliás, funcionou o governo da Regência, primeiro de Palmela e depois de D. Pedro), que abriu caminho para a conquista das restantes ilhas pelas tropas de Vila Flor e Cabreira.
3. A «Revolução de Paris», que forçou a queda de Carlos X, rei de França, principal sustentáculo da usurpação miguelista.
4. A substituição do governo conservador de Wellington pelo liberal de Lord Palmerston.
5. A abdicação de D. Pedro do trono brasileiro e o estabelecimento da sua Regência na Ilha Terceira.
6. As diatribes dos “caceteiros” contra os súbditos franceses, as ofensas à coroa de Luís Filipe e a conseqüente tomada da esquadra miguelista pelo almirante Roussin, o que deixou essa arma de guerra praticamente exaurida, a costa indefesa e o caminho aberto não só às expedições marítimas dos liberais como, sobretudo, à derrota nos confrontos navais, de que a desastrosa batalha do Cabo de S. Vicente foi o principal exemplo.
7. A morte de Fernando VII desamparou a causa miguelista do apoio logístico e militar que os espanhóis lhe forneciam, principalmente nas terras da raia fronteiriça.
8. A sucessão do trono espanhol não contemplou as pretensões de D. Carlos Isidro, mergulhando a Espanha numa situação política semelhante à nossa e num clima de guerra-civil, em que as forças liberais uniram esforços a favor de um regime único para a Península Ibérica.
9. A desunião dos ministros, a intriga política, a inépcia e excesso de confiança dos generais miguelistas, que à frente de um exército de 80.000 soldados não lograram vencer as forças liberais, com uma décima parte dessa força, mal-armada e sitiada no Porto.
10. A venturosa e destemida invasão do Algarve, que abriu um novo flanco de guerra e desbravou caminho para a conquista de Lisboa.
11. A batalha naval do Cabo de S. Vicente, que celebrizou o almirante Charles Napier como um dos melhores estrategas e mais ousados oficiais de guerra do seu tempo.
12. Por último, a coesão intrínseca, moral e espiritual, que a defesa de um ideal tão sublime como o da Liberdade conferiu aos soldados, aos oficiais e a toda a mole humana que, na sombra anónima da História, soube resistir às agruras, perseguições e atrocidades cometidas pelos esbirros do absolutismo.

4.5. A invasão do Algarve na implantação definitiva do Liberalismo em Portugal.

Durante a vigência miguelista, entre 1828 e 1834, o Algarve teria permanecido na sua natural letargia, esquecido de tudo e de todos, se não fosse a sua importante localização geoestratégica no extremo sul da península, com uma vasta e franqueada costa marítima, desprovida de equipamentos militares que garantissem a sua efectiva defesa. E quando se instalou nos Açores o governo da resistência liberal e com isso se acenderam as hostilidades, a que o vulgo chamou Lutas Liberais, logo se equacionou a hipótese de um desembarque no Algarve, para aqui estabelecer um polo de resistência contra o governo da usurpação. Essa possibilidade foi sempre um foco de instabilidade e de insegurança para os algarvios, que acabaria por efectivar-se quando já ninguém o esperava, no memorável dia 24 de Junho de 1833, na vasta baía de Cacela, nas praias da Altura e do Cabeço.

O desembarque da armada liberal, comandada pelo almirante Charles Napier, para as forças navais, e pelo Duque da Terceira, para as forças militares, reavivou a causa da liberdade, abrindo as portas do sul a uma nova frente de guerra, e, pior do que isso, à possibilidade de ocupação terrestre desde o Guadiana ao Tejo. Ficaria assim exposta a segurança da capital. Mas a sucessão dos factos e a felicidade das circunstâncias acabaria por suscitar o rápido desfecho da vitória liberal. No breve espaço de um mês, o realismo apostólico sofreu um imprevisível *volte-face*, mercê da sua incúria e insensatez, mas especialmente pelo posicionamento geoestratégico do Algarve.

A vila de Loulé, durante o período da usurpação miguelista, manteve-se queda e leda na sua natural pacatez, despertando esporadicamente para expressar a sua fidelidade ao governo miguelista numa ou noutra proclamação lavrada em momento festivo na sede da autarquia.

O único momento em que a vila de Loulé teve alguma relevância foi quando o Duque da Terceira (depois do brigadeiro António Pedro de Brito ter ocupado militarmente a vila no dia 28 de Junho de 1833), decidiu concentrar aí as suas tropas, com o objectivo de apoiar as investidas para Norte no encalce do general Molellos, assegurando assim a conquista do Algarve. Sabendo que o concelho de Loulé fazia a triangulação do litoral com a serra, pareceu-lhe estratégico reunir ali as suas forças para o caso de ter que enfrentar o inimigo numa batalha aberta ou remeter-se a uma porfiada resistência, à imagem e semelhança do Porto.

O posicionamento geográfico da vila de Loulé, no centro da província, a disposição do espaço urbano, pareceram favoráveis ao aboletamento das tropas do Duque e à necessidade de aumentar as suas fileiras com novos recrutas. Essas foram as razões que o levaram a estabelecer ali o seu quartel general, sediado na casa apalaçada de Simão José de Azevedo e Silva Lobo. O plano inicial do Duque consistia na penetração do Alentejo através do Guadiana, desembarcando em Mértola e prosseguindo em marcha forçada até Beja, onde certamente chegaria primeiro do que Molellos, concentrando aí forças até desferir uma batalha final. Porém, em vez disso, optou por se fixar em Loulé na expectativa de tomar a estrada de Almodôvar e atacar de surpresa o inimigo na Messejana, Garvão ou Castro Verde, por ser nessas imediações que estanciavam as arredias forças de Molellos. Caso vencesse o exército miguelista abriria de par em par a estrada para Lisboa. Na perspectiva do almirante Napier o aboletamento das tropas na vila de Loulé, pelo espaço de uma semana, foi um erro estratégico, de que poderia ter resultado o insucesso da expedição²¹.

21. «O movimento retrógrado para Loulé, a a demora que alli houve, teve certamente um máo efeito, o qual com tudo, foi dissipado pela victoria de 5 de Julho». Carlos Napier, Guerra da Sucessão, vol. I, p. 234.

Foi em Loulé que o Duque da Terceira recebeu a feliz notícia da vitória na batalha naval do Cabo de S. Vicente, em que o almirante Napier reduzira à insignificância a esquadra miguelista, muito mais poderosa em homens e navios. A partir daí, sem defesas marítimas, a capital estaria à mercê de um ataque concertado terra-mar, como aquele a que sempre aludira Napier. E sem a posse de Lisboa a causa miguelista estava perdida. Era quanto bastava às nações europeias para se apressarem a reconhecer a legitimidade da causa constitucional. Por isso, o Duque não perdeu tempo e rumou a Lisboa, onde deu entrada, triunfalmente, a 24 de Julho de 1833.

O hastear da bandeira bicolor no castelo de S. Jorge e o entoar do hino da Carta significava o *requiem* do miguelismo. A rendição final, firmada e consentida através da Convenção de Évora-Monte, não constituiu uma mera formalidade de encerramento do processo histórico, mas antes um reconhecimento, *urbi et orbi*, da inépcia política dos líderes miguelistas, agravada pela confrangedora incapacidade estratégica dos seus caudilhos militares.

5. O massacre de Loulé.

Se, na verdade, a incursão do “Exército Libertador” suscitou a tomada da capital e pressagiu o descalabro da causa realista, não é menos verdade que, em contrapartida, deixou o Algarve quase indefeso e à mercê de um ataque concertado e persistente. Essa foi, aliás, a constatação a que chegaram as chefias miguelistas, que não podendo desconcentrar forças em torno da capital enveredaram pela velha estratégia de resistência, nas terras da raia e do interior montanhoso, baseada na luta de guerrilhas. E como o Remexido já tivesse dado provas de conhecer os cantos à serra, havendo mesmo procedido à captura de espiões liberais e de desertores das forças de Molelos, entregou-lhe aquele capitão-general o comando da guerrilha ocidental ou da “direita do Algarve”, enquanto a parte oriental ficava à responsabilidade do major André Camacho Jorge Barbosa.

O começo das hostilidades guerrilheiras poderá apontar-se a partir do dia 18 de Julho, pois que nessa data já o Algarve se encontrava despojado das forças liberais invasoras, e um pouco à mercê da sua sorte. Ciosos da missão que lhes fora confiada e desejosos de contra-revolucionar o Algarve, chamaram a si as gentes campesinas, mentalmente atreitas a inovações e politicamente fiéis defensoras do «trono e do altar». Para o efeito, reuniram-se os líderes da guerrilha na vila de Almodôvar, em cujo conciliábulo compareceram não só o Remexido como também André Camacho, António de Souza Grade, Antonio de Souza Castello Branco, o major das Casas de Loulé²² e o alferes da Ribeira do Algoz. Acordaram que a maneira mais acessível para manter a causa da realeza seria ensaiar pequenos ataques de surpresa sobre as povoações do interior, mais indefesas e menos predispostas a fazerem-lhes frente. E como as novas autoridades constitucionais, nas vilas e aldeias, ainda não tivessem organizado os Batalhões Nacionais, ser-lhes-ia fácil espalhar o terror. Pelo menos manteriam viva a causa que sustentavam, além de que recuperariam no seio dos seus apaniguados a sublime esperança de poderem vir a restabelecer o domínio territorial do Algarve. Acima de tudo estava o efeito psicológico que as acções de guerrilha e de retaliação contra-revolucionária poderiam provocar no seio das populações algarvias. Por outro lado, a propaganda absolutista, a cargo dos eclesiásticos, dava os seus frutos nas populações do interior, fazendo-lhes sentir que estavam isoladas, desprotegidas e até esquecidas

22. Trata-se do major José Dias Nunes, das Casas Martim Anes, freguesia de Salir.

pelas autoridades governamentais, que só se preocupavam com os burgueses da cidade. A lentidão com que se organizaram as novas milícias constitucionais e a fidelidade ao tradicionalismo instilado pelos religiosos, deram azo a que o miguelismo recrudescesse praticamente em todas as aldeias do interior algarvio.

Rapidamente se espalhou que a resistência ao invasor liberal se havia erguido sob a forma de guerrilhas armadas, à qual deveriam aderir todos os amantes da realeza. Espalharam-se pelas aldeias do interior algarvio, breves proclamações assinadas por José Joaquim de Sousa Reis, «capitão comandante da guerrilha da direita», datadas do seu «*Quartel Volante*», convidando as populações a apoiar de armas na mão a sua patriótica luta, como se de uma guerra regional se tratasse. E os povos, catequizados pelo fanatismo dos presbíteros, acudiam a saudar a guerrilha daquele popular capitão das Ordenanças de Messines que o povoléu, descendo das brenhas da serra, via como um seu igual. As incursões dos serrenhos sobre o Algarve, constituíram-se numa espécie de vingança cultural/patriótica contra o impenitente apoio que os abastados burgueses e proprietários do litoral haviam prestado aos invasores estrangeiros e maçónicos revolucionários.

O êxito da guerrilha deu ao Remexido o fulgor e o prestígio militar de que não pudera gozar o general Molelos, a tal ponto que à excepção de Faro, Lagos e Olhão, todas as demais localidades algarvias se viram compelidas a reacclamarem D. Miguel. Com a agravante de nos dias que se seguiram terem sido perseguidos e assassinados muitos cidadãos da mais distinta sociedade, sob os quais impendia o crime de serem ímpios e *malhados*. A fanatização religiosa dos serrenhos encobria na maioria das vezes a cobiça do saque, pelo que não se apiedavam da vida dos seus opositores só para lhes extorquirem um simples relógio. Campeava no seio dessa gente a mais insaciável sede de vingança e o mais despudorado desrespeito pela vida humana. Para os que experimentaram esses tempos de terror, perpetrados pela canalha da rua e pelos mazorros do campo, na mais desenfreada e ignominiosa escalada de violência que o Algarve jamais presenciara, ficou-lhes o ódio e a reprovação testemunhado na seguinte descrição:

«Esta gente [a guerrilha] praticou acções e atentados de que não há exemplo na história dos povos civilizados. Rompeu todos os laços que ligam o homem na sociedade: o amor de pai para filho, de amigo, de sanguinidade, os sentimentos de piedade, de respeito, de honra, o sagrado nome de juramento, a moral do Evangelho e todos os demais sentimentos de humanidade, tudo foi pisado aos pés por esta gente bárbara e grosseira e só causar a morte sem exame era o seu intento e o roubo o seu fim. (...) a barbária premeditada e a ferocidade brutal com que estes assassínios foram, pela maior parte praticados, lançaram eternamente uma nódoa ignominiosa sobre o carácter destes povos e provaram à posteridade quão perigoso é para a Sociedade entusiasmar e fanatizar um povo ignorante e supersticioso com falsos princípios divinizados»²³.

Apesar do clima de guerra-civil que então se vivia, a estratégia de ferro e fogo colocada em prática pelo Remexido, à semelhança das execuções públicas que caracterizaram o governo miguelista, tornara-se ignóbil e desumana. Embora na memória do povo ressaltasse a imagem de um chefe popular que combatia de crucifixo ao peito os ímpios detratores da santa religião, como se de uma neo-cruzada se tratasse, o certo

23. cf. Mesquita, J. C. Vilhena. *Memórias sobre a aclamação do Infante D. Miguel em Faro*, p. 57.

é que nem esses olvidaram os que às suas mãos pereceram inocentemente. Esse é, aliás, o semblante e a memória que ainda perdura, não obstante as razões sociológicas de antagonismo entre o campo e a cidade, a burguesia e o campesinato, que se lhe pretende atribuir. Por isso, seria injusto não lembrarmos aqui dois episódios, de que resultaram numerosas vítimas, nesse «ano do barulho» [1833] em que, dizia o povo, se abateram palácios e se ergueram monturos.

O mais sanguinário episódio da guerrilha do Remexido ocorreu na vila de Albufeira. Durante três dias os seus habitantes resistiram ao forte assédio do inimigo, até que, vendo-se sem forças para os poderem rechaçar, negociaram uma rendição honrosa. No dia 26 de Julho de 1833 a Câmara de Albufeira lavrou os termos da sua capitulação militar, visando especialmente a conservação das vidas e haveres dos seus munícipes. As hordas realistas aceitaram cumprir com o estipulado, mas como lhes interessava sobremaneira a pilhagem e a vingança sobre certos cidadãos, como o padre Francisco Cabrita, não foram capazes de respeitar os vencidos. E ao verem uma embarcação que de Faro partira em socorro da vila, sem saber que já havia capitulado, acusaram-nos de traição procedendo de imediato ao saque e a um impiedoso morticínio, no qual se pensa que terão sido trucidados várias dezenas de cidadãos. Não sabemos ao certo quantos pereceram naqueles fatídicos dias de Julho, mas pela análise das fontes que o podem asseverar (livros de óbito) verificamos que no mês de Agosto registaram-se 43 mortos, dos quais nem todos pereceram às mãos do Remexido. Entre os prejuízos causados pela guerrilha, à parte as vidas ceifadas, conta-se a destruição pelo fogo do arquivo municipal, cujo objectivo era anular os contratos de arrendamento, as escrituras de propriedade e, sobretudo, os livros de assentamento dos foros, a maioria dos quais estavam em dívida por muitos dos que se incorporaram na guerrilha.

Não se quedaram por aqui os horrendos crimes dos serrenhos, que foram imitados, senão mesmo ultrapassados nos requintes de malvadez, pelos marítimos oriundos do Alvor, Budens, Luz de Lagos e Vila do Bispo, que compunham a famigerada guerrilha do Cabo. Capitaneava esta gente o «major da Figueira», e um tal Manoel José Rosa, do Alvor, por alcunha o «José General», que se divertia a ordenar às suas vítimas que rezassem o terço em unísono, após o que as executava sumariamente. Fê-lo a um grupo de catorze liberais, capturados nas imediações de Lagos, que assassinou a sangue-frio, com chuços e de forma lenta, enquanto chacoteava do seu sofrimento.

A «guerrilha da esquerda», comandada pelo major André Camacho e seus lugares-tenentes Sebastião Martins Mestre e o major das Casas de Loulé, José Dias Nunes, submeteu praticamente toda a zona sotaventina, com particular destaque para a “estrada” do Guadiana, cujas povoações ribeirinhas, desde Vila Real até Alcoutim, não dispunham de meios para se lhe oporem. O domínio da bacia do Guadiana era considerado fundamental para manter as ligações com o Alentejo e a Espanha, sendo um importante ponto estratégico para garantir o abastecimento das tropas ou para assegurar uma retirada urgente pela fronteira. O corte das comunicações com o Guadiana impedia a ligação terrestre do leste algarvio com a estrada para Lisboa (via Mértola-Beja), interrompendo o tráfego comercial com a vizinha Andaluzia. No quadro da contra-ofensiva miguelista, a cidade de Tavira assumia-se, simultaneamente, como uma espécie de troféu militar e de quartel-general da guerrilha do major Camacho. As suas tropas, embora maioritariamente milicianas, apresentavam-se mais disciplinadas e com maior discernimento táctico-militar do que as do Remexido, dominando o nordeste algarvio e parte da raia alentejana. Por isso é que a situação se degradara, tão progressiva quanto assustadoramente, para a continuidade dos interesses liberais na região. A linha costeira, de Lagos até Faro, defendia-se heroicamente contra os insistentes ataques das

hordas realistas, que da serra desciam às cidades, movidas pela adversidade das assimetrias económicas e pela injustiça social de que sempre foram alvo. Mas, era sobretudo a avidez do saque que mais os atraía, fazendo-os comungar de um projecto político e de um clima generalizado de guerra-civil, que no Algarve se transmutara em revanchismos socioeconómicos, mais até do que em antagonismos políticos.

Mas pior, do que as atrocidades cometidas em Albufeira, foram as chacinas de Loulé, onde a guerrilha do major Camacho se excedeu no mais abjeto e desumano comportamento militar. Parece, todavia, que a sua atitude terá ocorrido no seguimento de uma torpe provocação infligida por soldados franceses no espírito religioso das gentes da serra. E as feridas abertas pelas invasões napoleónicas não estavam ainda de todo saradas. Com efeito, parece que uns indivíduos de Loulé, acompanhados por soldados franceses pertencentes ao batalhão que estava estacionado em Faro, deslocaram-se a Salir onde fizeram certas tropelias na Igreja, degolando as imagens e derramando as hóstias da píxide. O povo, ultrajado nas suas mais sagradas convicções, levantou-se em massa para vingar a afronta. Os prevaricadores conseguiram chegar a Loulé, mas o povo da serra, ofendido com a herética encenação, aderiu à guerrilha do major Camacho, formando uma horda avaliada em três mil “montanheiros” que, na noite de 23 Julho, montou um apertado cerco à vila. Beneficiando de alguns colaboracionistas no interior do burgo fizeram o assalto na manhã seguinte, sendo varados pelas balas ou assassinados às mãos da turba cerca de trinta soldados franceses, cujos restantes camaradas fugiram para Faro, deixando os louletanos entregues à sanha dos miguelistas. O ódio que resumava dos serrenhos era tão grande que nem os padres escaparam ao morticínio, subindo a escala da violência ao extremado ponto de nem mesmo as senhoras da melhor sociedade ficarem incólumes à mórbida vingança dos seus algozes.

«Quando entraram as guerrilhas em Loulé, aonde cometeram imensas mortes horrorosas, D.Felicidade fugiu de sua casa e refugiou-se em casa de uma parteira que lhe assistia na sua moléstia, porém esta denunciou-a por dinheiro e por isso levaram-na para uma casa na vila e o José Maria Bandeirinha principiou a confessá-la, para que ela declarasse onde tinha as suas riquezas. (...) Com o maior escárnio levaram-na sobre uma estrumeira, cortaram-lhe os peitos, picaram-lhe o corpo todo com as pontas das baionetas e enfiaram-lhe uma grande estaca pelas suas partes, e depois semiviva, enterraram-na na estrumeira com os pés e mãos de fora.»²⁴.

O roubo tornou-se, na generalidade dos casos, o móbil próximo de todas as sevícias e barbaridades então cometidas. E à ferocidade e vileza, como a maioria desses crimes foi executada, é que o Remexido ficou a dever a sua execrável popularidade, sendo crescente o ódio que lhe dedicavam as gentes citadinas. Por essa razão é que quando, após Évora-Monte, desejou regressar ao convívio dos seus familiares foi-lhe negada essa possibilidade, mercê da sede de vingança que grassava entre as vítimas das suas sanguinárias atrocidades.

Num processo de acusação movido dois anos depois contra um dos serrenhos, consta uma relação das vítimas assassinadas entre o dia 24 de Julho e 5 de Agosto de 1833, que não sendo exaustiva chegava, porém, ao pormenor de enunciar a identidade

24. cf. Mesquita, J. C. Vilhena. *Memórias sobre a aclamação do Infante D. Miguel em Faro*, p. 58.

e descrever o acto em que perderam a vida 41 cidadãos, alguns dos quais foram torturados e queimados²⁵.

Pouco depois, ainda no rescaldo do assalto a Loulé, foram sumariamente executados em plena estrada, no sítio das Ameixeirinhas, um grupo de dezasseis cidadãos que iam supostamente para Almodôvar a fim de serem ali julgados. Não deixa de ser sintomático, e característico de um premeditado extermínio político, o facto da maioria das vítimas das guerrilhas terem sido assassinadas a caminho da prisão ou de um anunciado julgamento, que os seus captores já sabiam que nunca se realizaria, talvez até por serem previamente essas as ordens que lhes eram confiadas.

Por conseguinte, estamos perante uma forma soez de eliminação física do opositor político, contrária aos mais elementares e circunspectos princípios militares. São incontestáveis os factos que provam estar o partido absolutista entregue no Algarve a grupos armados, sem consciência política, nem coesão partidária, que se comportavam como bandoleiros e saqueadores. Os anos que se seguiram até à morte do Remexido foram de sacrificada resistência e sentido de sobrevivência. Sem uma organização política credível, sem um governo acreditado internacionalmente e sem um exército armado, dificilmente as guerrilhas poderiam ser entendidas de outro modo que não as de ladrões e bandidos armados. Desprovidos de conceito e sem fundamento político palpável, faltou-lhes coesão e apoio internacional. Os hipotéticos apoios carlistas não passaram de escaramuças fronteiriças. O Remexido era um pequeno David sem qualquer hipótese de vencer Golias.

Em conclusão. A vila de Loulé no contexto das Lutas Liberais no Algarve teve um papel pouco expressivo, diria mesmo quase insignificante. O seu afastamento do litoral e das actividades mercantis, a inexistência de uma burguesia empreendedora e com capitais próprios, a mentalidade rural e o conservadorismo político da maioria dos seus habitantes, a sua afeição religiosa e a sua lealdade ao absolutismo e ao partido miguelista, arredou-a dos destinos futuros do Algarve.

25. A identidade das vítimas foi publicada por Oliveira, F. X. Ataíde, *Monografia de Loulé*, pp. 247-256.

BIBLIOGRAFIA

BONNET, Charles. *Memória sobre o Reino do Algarve - Descrição Geográfica e Geológica*, Faro, Ed. SEC-Delegação Regional do Sul, 1990.

[CARVALHAL, Pedro José Pereira do]. *Descrição das Brilhantes Festas que em tributo de veneração ao mui alto e muito poderoso Rei e Senhor Nosso D. Miguel Primeiro se fizeram em a cidade de Faro no feliz Anniversario de 30 de Junho de 1829*, Lisboa, na Impressão Régia, 1829.

FONSECA, Teresa. *O município de Loulé nos finais da época moderna – economia, sociedade e administração*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 2017.

IRIA, Alberto. *As Relíquias do Remexido, evocadoras do valoroso e nobre defensor da realeza de D. Miguel I no Algarve - Nótula Histórico-Iconográfica*, Lisboa, Tip. das Oficinas de S. José, 1945.

LOPES, João Baptista Silva. *História do Cativoiro dos Presos de Estado na Torre de S. Julião da Barra de Lisboa durante a desastrosa época da usurpação do legitimo governo constitucional deste Reino de Portugal*, 4 tomos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1833.

[LOUREIRO, José Joaquim]. *Breve Noticia da Expedição do Marechal do Exercito Duque da Terceira sobre o Reino do Algarve em 1833*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851.

MACHADO, António do Canto; CARDOSO, António Monteiro. *A Guerrilha do Remexido*, Mem Martins, Pub. Europa-América, s/d.

Memoria dos Desastrosos Acontecimentos de Albufeira por ocasião da invasão dos guerrilhas em Julho de 1833, Lagos, Typ. Lacobrigense, 1873 [2ª ed., Tavira, Typ. Burocratica, 1894].

MESQUITA, José Carlos Vilhena. *Liberalismo e Anti-Liberalismo no Algarve*, 2 volumes, Faro, Universidade do Algarve, 1988 [dactiloscopiado, dissertação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica].

----- *Memórias sobre a Aclamação do Infante D. Miguel em Faro*, (estudo introdutório) Faro, edição da Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

----- *O Algarve no Processo Histórico do Liberalismo Português – A Economia e a Sociedade, 1820-1852*, 2 vols., Universidade do Algarve, 1997 [edição policopiada].

----- «A instauração do Liberalismo em Portugal numa visão global socioeconómica – A participação do Algarve», in *Estudos I*, Faro, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, 2004, pp. 23-48.

----- *O Remexido e a resistência miguelista no Algarve*, separata da revista «Al-'Ulyà», edição da Câmara Municipal de Loulé, n.º 13, 2009.

NAPIER, Charles. *Guerra da Successão em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Typ. Commercial, 1841 (trad. port. de Manuel Joaquim Pedro Codina).

OLIVEIRA, Francisco Xavier de Athaide. *Monografia do Concelho de Loulé*, Porto, Typ. Universal, 1905.

SABOIA, João. *Inventário do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, Loulé, edição C.M.L., 1992 [separata da revista «Al-'Ulyã»].

SAINT-PARDOUX, Barão de. *Campanhas de Portugal em 1833 e 1834, relação dos principaes acontecimentos, e das operações militares d'esta guerra*, Lisboa, Typ. de J.P.F. Telles, 1836 [a 1ª edição francesa, saiu com o título: *Journal d'un Officier Français au service de D.Miguel pendant les campagnes de Portugal*, Paris, G.A. Dentu, 1834].

SANTOS, Clemente José dos. *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, 8 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1883-1881.